

Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação

Solange Puntel Mostafa
Ademir Benedito Alves de Lima
Eduardo Ismael Murguia Maranon

Dois paradigmas bastante influentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação são o funcionalismo e behaviorismo. Dito de outra forma, Sociologia e Psicologia são as duas áreas de conhecimento em que a Biblioteconomia e Ciência da Informação vão buscar referencial não só teórico, mas também prático para realizar algumas de suas descobertas. Da Física vem a precisão para tratar os organismos (seja esse organismo o homem, seja a biblioteca, sejam as instituições). Tanto a Sociologia, quanto a Psicologia são absorvidas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação na sua vertente biológica: sociedade como organismo; o homem também como um organismo.

O que vemos, hoje, pode ser considerado uma sociologização da realidade e também uma psicologização do real. Sem entrar no mérito da disputa ideológica que essas duas disciplinas travam entre si, o fato é que a Psicologia dá como morta a Sociologia, porque entende que só ela, a Psicologia, tem instrumentos originários das ciências experimentais de controle. Até porque a Psicologia já nasceu experimental dentro de uma concepção do materialismo vulgar que a Fisiologia, Psicofísica e Neurologia continham na primeira geração de psicólogos. A Sociologia, por outro lado, considera a Psicologia um mito cientificista. Ora, há correntes e correntes na Sociologia e também, na Psicologia. Em linhas gerais, podemos considerar que funcionalismo virou sinônimo de Sociologia, tanto quanto behaviorismo virou sinônimo de Psicologia, pois o funcionalismo e o behaviorismo são vertentes dominantes ou hegemônicas nas suas respectivas ciências.

Não é por acaso que as pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação estão impregnadas desses referenciais. Trataremos, neste artigo, de exemplificar essas influências. Não são as únicas influências, mas são dominantes. A Sociologia, cuidando das instituições, e a Psicologia, cuidando dos indivíduos, com tal separação que dá impressão de um real cingido ao meio. Ora, o real é um só. A análise do movimento histórico dessas disciplinas dá conta de determinações sociais únicas: o surgimento das relações industriais de produção.

A nova sociedade industrial do século passado forneceu todas as condições materiais para o desenvolvimento quer da Sociologia, quer da Psicologia. Agora, são essas ciências que devolvem à realidade motivos de pesquisa, problemas a resolver e condições materiais para fazê-lo. Só que devolve aos cêntuplos, inflacionando a realidade com pseudoproblemas. Daí a sociologização. Daí a psicologização.

Enquanto essas disciplinas brigam com golpes mortais no plano epistemológico, é de se notar que funcionalismo e behaviorismo se dão muito bem, pois ambos se baseiam na noção biológica de equilíbrio, de adaptação do homem ao meio, de interação. Funcionalismo e behaviorismo não se rompem, porque há como que uma passagem contínua do biológico ao social. A passagem é de continuidade, não de ruptura. Naturaliza-se o social, ao mesmo tempo em que se socializa o biológico. É claro que o corpo biológico é já social e vice-versa. Mas essas determinações não se dão em separado a ponto de servirem de disputas teóricas, ou a ponto de servirem de recomendações em trabalhos sobre a informação.

A Sociologia não chega a ser tão recomendada quanto a Psicologia, nem tampouco o funcionalismo está presente de forma consciente nos trabalhos e dissertações bibliotecárias. Já o fascínio pela Psicologia se dá em todos os setores institucionais: econômico, político, militar, escolar, administrativo e outros. A Psicologia apresenta-se como uma tomada de consciência sem a qual a ação não se realiza. Essa sobrevalorização dos processos mentais (comportamentais) não seria uma idealização da realidade? De fato, é notável o idealismo filosófico presente nos trabalhos que analisaremos a seguir.

A própria Sociologia acaba como que engolida pelo imperialismo da Psicologia nas concepções psicológicas da própria cultura. A cultura passa a ter personalidade... As instituições vão assumindo vocações em suas motivações. Diretismo psicológico?

Resumo

Analisa os paradigmas teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação com ênfase para o funcionalismo e o behaviorismo. Discute os limites e possibilidades dessas correntes em temas específicos como conceituação, satisfação no trabalho, hábitos de leitura, definição de alvos e auto-imagem.

Palavras-chave

Biblioteconomia; Ciência da Informação; Referencial teórico; Funcionalismo; Behaviorismo.

IDEALISMO FILOSÓFICO DO FUNCIONALISMO

O idealismo filosófico tem sido identificado na Biblioteconomia e Ciência da Informação em vários textos (Mostafa¹). Mas é necessário insistir. Desde a filosofia platônica-aristotélica, em que essa concepção se esboça, o idealismo perpassa os séculos, passando por Descartes, Kant e tendo em Hegel o seu representante máximo. Aqui, trata-se apenas de reconhecer que, a despeito da enorme ruptura operada por Marx, ainda raciocinamos com categorias platônicas no limiar do século XXI.

O funcionalismo entende por estrutura social um conjunto de valores e papéis cuja determinação ocorre nessa seqüência idealista: os valores dão as pautas da normatividade no sentido de que as normas são estabelecidas de acordo com os valores. A coletividade é definida por agentes que podem ser participativos ou não. Esses agentes têm um *status* definido de participação. São chamados atores e como tais desempenham papéis dentro de um cenário determinado. O funcionalismo divide, portanto, a estrutura social em valores, normas, atores e papéis. A contribuição de distintos autores tem definido estrutura social como sendo as relações entre as pessoas. Outros, fazendo uso da noção de papel social e atores que desempenham papéis. O papel está para a instituição, assim como a instituição está para a estrutura social (a instituição sendo um complexo de papéis ou uma reunião de papéis).

O mais importante em tudo isso é a primazia dos valores vigentes em relação às normas e personalidades individuais ou grupais. É como se os valores fossem indeterminados ou incausados, apenas supra-estruturais, e como tal, a cultura. Se a estrutura social é, no funcionalismo, a própria supra-estrutura, o que ocorre com a cultura é o inverso. Ela tem de descer ao nível da estrutura para atingir os bens e artefatos.

Ao nível do senso comum parecem aceitáveis tais definições. O senso comum do funcionalismo assim o admite. Admitimos nós também, quando estamos mergulhados no imediatismo das relações pessoais ou grupais. Não é difícil para nós admitirmos que estrutura social são as pessoas e que cultura são os produtos humanizados, desde os instrumentos, até os símbolos que os explicam.

Mas há necessidade de instrumentos para que sejam feitos os produtos. Onde entra a apropriação desses instrumentos? Para o funcionalismo, essa é uma questão menor e, a rigor, inexistente. Isto porque ou a es-

trutura propicia propriedade para todos os atores (não havendo o que discutir) ou todos trabalham desapropriados. Ambos os pressupostos são irrealistas.

PARADIGMA BEHAVIORISTA

Para evidenciar o domínio da abordagem comportamentalista na Biblioteconomia e Ciência da Informação, podemos verificar que categorias psicanalíticas estão totalmente ausentes na construção do objeto em informação. Ninguém jamais ouviu falar que o **desejo** foi objeto de dissertação bibliotecária, pois essa categoria é da psicanálise, e não do comportamentalismo. Quando se trata de analisar o comportamento do usuário de biblioteca ou de informação, as categorias de análise são as categorias behavioristas, como motivação, aprendizagem, memória, alvos, atitudes, categorias que já foram operacionalizadas pela corrente comportamental.

Vários temas têm sido estudados na nossa área com o referencial comportamental. Nossa preocupação é evidenciar aí a mesma dose de idealismo filosófico que permeia também o funcionalismo. Temas como **conceituação, satisfação no trabalho, hábitos de leitura, definição de alvos entre pesquisadores e auto-imagem do bibliotecário**, por exemplo, são temas para os quais o comportamentalismo já dispõe de instrumental de análise. Nossa intenção não é, evidentemente, arrolar textos em determinadas correntes, mas apontar os limites de tais correntes ao lidar com os temas eleitos.

O IDEALISMO FILOSÓFICO DO BEHAVIORISMO

A CONCEITUAÇÃO

Dois textos são suficientes para evidenciarmos a forma como o behaviorismo lida com a conceituação: *Conceito de biblioteca*, Targino², e *Information concepts for Information Science*, Belkin³. O primeiro é uma dissertação de mestrado brasileira; o segundo é uma tese de doutoramento inglesa (artigo da tese).

Targino, em *O conceito de biblioteca*, um dos poucos livros nacionais em Biblioteconomia, analisa o que as crianças escolares **pensam** da biblioteca. Para tal, a autora recorre, primeiro, à teoria do conceito, isto é, o que os psicólogos comportamentalistas **pensam** sobre o ato de pensar (revisão da literatura dos psicólogos behavioristas da década de 60 e 70). Após, a autora faz uma revisão da literatura produzida pelos bibliotecários nacionais e internacionais para saber o que eles **pensam** sobre a biblioteca (capítulo intitulado *Biblioteca: evolução conceitual*).

Temos então três ordens de pensares: o dos especialistas do pensamento, o dos especialistas de biblioteca e o das crianças. E a questão da autora é casar, tanto quanto possível, o pensamento com o pensado, isto é, o que as crianças pensam de biblioteca deve coincidir com o que a biblioteca é, uma vez que nos adultos, essa coincidência estaria mais garantida (assim o demonstrou a revisão da literatura).

Após apresentar a evolução do conceito de biblioteca através do tempo, Targino apresenta o seu próprio conceito, isto é, o que ela pensa que biblioteca é: "Diante da variedade de conceitos encontrada na literatura biblioteconômica, a autora se propõe a expressar sua própria concepção, com base nas dimensões relevantes, segundo sua própria experiência de vida: biblioteca é o local onde uma coleção organizada e constituída de acordo com a demanda e necessidade dos usuários efetivos e potenciais a que se destina (tanto no que concerne ao tipo de material, como à diversificação dos assuntos), está à disposição dos interessados, para suprir suas necessidades informativas, educacionais ou recreativas. Para tanto, requer recursos humanos, materiais e financeiros que assegurem a continuidade e atualização dos seus serviços" (p. 59).

A autora verifica, a seguir, o conceito das crianças sobre biblioteca. Como é de se esperar (e a autora está consciente das diferenças cognitivas entre adultos e crianças, sobre as quais discorre com muita propriedade), as crianças não dispõem dessa articulação verbal e conceitual apontada na definição da autora. A mesma considera, então, as formulações infantis inadequadas, chegando mesmo a falar em "desvio conceitual". A solução proposta é intensificar o **estímulo** biblioteca para que a aprendizagem do conceito possa se dar de forma integrada e sadia.

Fica visível aí que, nessa postura, melhorando a idéia da coisa, essa passa a existir também de forma mais atuante e integrada. Essa postura é idealista. O idealismo põe o pensamento à frente da coisa, como condição de sua existência, causando verdadeira inversão da relação sujeito-objeto. Postura tipicamente aristotélica-tomista, denotando a passagem/permanência da metafísica clássica ao positivismo moderno (tema desenvolvido em Mostafa¹).

Além do idealismo que leva a um dever-ser, a um moralismo e diretivismo, o sujeito, nesta abordagem, está radicalmente separado do objeto: a biblioteca é um tocai que está lá onde acontecem algumas coisas. A biblioteca está lá, e cabe ao sujeito

identificá-la (discriminando-a entre outros estímulos). A primazia do objeto sobre o sujeito está também posta: não é permitido ao sujeito "construir" a biblioteca, uma vez que ela já existe daquela forma anteriormente conceituada.

Por mais contraditório que possa parecer, o idealismo é comum em todas as posturas empiricistas. O behaviorismo é empiricista nas suas raízes, as quais remotam ao empirismo inglês do século XVIII com Locke e Hume. Só as vivências ou experiências são importantes. Mas, como essas vivências são hábitos, estímulos ou impressões individuais (e não históricas ou de classe), há que agrupá-las no conceito, passo que o empirismo inglês rejeitou, mas que a ciência moderna fez questão de dar: reunir o múltiplo no uno, isto é, conceituar. Ora, conceituar conceituando já Aristóteles fazia muito bem. Targino inclusive o reconhece. Diz ela que, desde sempre até a década de 70, a escola aristotélica dava o conceito de conceito. "Com o desenvolvimento de algumas ciências, notadamente a Psicologia, o assunto passou a ser estudado sob outro prisma que não o filosófico".

Este outro prisma apontado por Targino (o prisma behaviorista) não parece distinguir-se em nada do prisma aristotélico, se por conceituação forem entendidas "as dimensões relevantes do conceito" que são a "classificação, generalização, abstração, discriminação e aprendizagem" (p. 25). Até aí Aristóteles também foi e dispensaria toda a teoria do conceito dos behavioristas. Onde os psicólogos inovam é quanto à "aprendizagem" do conceito; é na coisa do aprender.

Vale a pena reapresentar as teorias da aprendizagem do conceito utilizadas por Targino, pois o vocabulário dos estímulos e respostas denotam um certo macanismo. Várias definições do conceito estão lá apresentadas: conceito é um comportamento controlado por uma classe relacionada de estímulos discriminatórios; conceito é discriminação interclasses e generalização intraclasse; conceito é abstração das características, dos fatos, ou objetos facilmente observáveis ou mensuráveis.

Se conceito é comportamento, há que aprendê-lo. A hierarquia dessa aprendizagem é apresentada segundo um comportamento eleito: aprendizagem de sinais, aprendizagem estímulo-resposta, aprendizagem em cadeia, aprendizagem por associações verbais, aprendizagem de discriminação múltipla e aprendizagem por princípios ou regras. Deixamos para o leitor um exemplo do que seja a aprendizagem em cadeia: "Entende-se por aprendizagem em cadeia a conexão de um con-

junto de tipo S e \rightarrow R e, em seqüência, em que S representa o sinal externo, e, a estimulação interna e R a resposta como uma seqüência (ressaltando-se que uma cadeia não pode ser aprendida sem que o indivíduo seja capaz de executar cada elo separadamente). O prédio da biblioteca universitária é o S para o leitor universitário que aí irá buscar um livro. Este estímulo leva-o à resposta de entrar. Quando isto ocorre, os S porteiro e borboleta pedem a resposta parar e entregar material recebendo uma ficha (S), a qual lhe permite entrar e buscar a seção desejada, seguindo os S físicos do ambiente (avisos, sala, escadaria, entre outros) e assim sucessivamente até a resposta final de obter o material para ler. Neste nível, cada resposta gera ou possibilita o aparecimento de novo S, que leva a ocasião adequada para uma outra resposta, formando-se, assim, os elos da cadeia" (p. 23).

Cadeia? O behaviorismo por vezes aprisiona o homem no automatismo dos seus movimentos.

Nem todo o idealismo se aplica a um texto brasileiro. Belkin³ quer conceituar informação. Para isto, consulta tudo o que todos disseram sobre o assunto (todos os pares, agora). Trata-se de uma ordem só de pensar: a dos cientistas de informação. Para tal, decide, antes, por oito requisitos que o conceito de informação deve abranger. Após, passa em revista o que os pares disseram, tratando de verificar se os conceitos anteriormente a ele emitidos cumprem aqueles oito requisitos. Percebe que não. O dele é, segundo ele mesmo, o mais completo: "Informação associada a um texto é a estrutura conceitual modificada do gerador a qual sublinha a estrutura superficial daquele texto". Por estrutura conceitual modificada do gerador, Belkin refere-se à seleção temática do enunciante. Há um entre parênteses na definição de Belkin muito importante: a estrutura conceitual do gerador (isto é, o que o enunciante escolhe para falar) é intencional e depende do estado de conhecimento do receptor.

Por essa definição, Belkin faz uma tese de doutoramento, mostrando as insuficiências de todos quantos antes dele disseram algo sobre informação: Salton, Goffman, os russos, Pratt, Wersig, Shreider e outros. Não importa retomar cada um desses autores. Nossa intenção é mostrar o cognitivismo de Belkin, o qual relaciona gerador-receptor de informação, dentro de suas estruturas cognitivas. É a capacidade de selecionar e ajustar enunciados por parte do emissor e a capacidade de acomodar as novas mensagens por parte do receptor, o que define situações informacionais.

São oito os requisitos para um conceito de informação útil para a Ciência da Informação: 1) o conceito deve referir-se à informação dentro de um contexto significativo da comunicação; 2) deve referir-se à informação como processo de comunicação social entre seres humanos; 3) deve referir-se à informação desejada ou requerida; 4) deve dar conta do efeito da informação no recipiente; 5) deve dar conta da relação entre informação e estado do conhecimento (do gerador e receptor); 6) deve dar conta dos vários efeitos das mensagens apresentadas em diferentes maneiras; 7) deve ser generalizável além do acesso individual; 8) deve oferecer formas para predição do efeito da informação.

Nota-se aí a preocupação com o efeito das mensagens, com a predição e a generalização - requisitos também presentes na teorização dos behavioristas para quem o conceito está estreitamente ligado aos processos de discriminação e generalização.

Ora, discriminar e classificar por semelhanças e diferenças são etapas tão elementares, quanto fundamentais da interação sujeito-objeto.

Os gregos antigos fizeram isso e muito bem: a uniformidade na multiplicidade e a permanência no fluxo acentuam a uniformidade e a permanência, solução satisfatória naquela fase de adaptação passiva do homem ao meio. O conhecimento identificador não pretende (e nem consegue) alcançar conhecimentos novos; lida apenas com conhecimentos já existentes, pois **o que determina a progressão do conceito é o negativo que ele contém**. Os "desvios conceituais" das crianças nos parecem ricos para a fluidificação dos conceitos, para o seu arejamento. Algumas crianças conseguem abranger todas as "dimensões" do conceito de biblioteca requerido por Targino. Outras desviam-se dessas dimensões e partem para outras, identificando biblioteca com livraria, com exposição de livros, com manual de estudo, com "cheirinho de velhice e sabedoria".

A lógica aristotélica e behaviorista considera os conceitos apenas no Ser que eles exprimem. Foi baseado na forma e estrutura da linguagem que Parmênides encontrou a famosa noção de "ser" que faria carreira brilhante na filosofia. De fato, a cópula ser exprime a identificação que nosso pensamento consegue fazer a respeito das várias "feições do universo" (como é a expressão preferida de Prado *apud* Schaefer⁴), feições do universo com que tomamos contacto através de nossa experiência. Como a cópula ser une sujeito e predicado, sendo que o predicado muda e o su-

jeito permanece, chega-se à conclusão - e a História da Filosofia o comprova fartamente - de que existe um elemento estável (a "essência" - a biblioteca) a sofrer transformações externas, que apenas a qualificam, e não a afetam radicalmente. Ora, a lógica de Hegel considera os conceitos não apenas no Ser que eles exprimem, mas, ao mesmo tempo, no Não-Ser que eles implicitamente contêm. Nesse sentido, as crianças de Targino foram mais hegelianas do que a própria autora, a qual se ateve mais ao pensamento grego. Os gregos, ao analisar o fato do conhecimento, detiveram-se na análise da linguagem, naquilo que ela tem de mais visível, na sua rigidez, e não naquilo que por trás dela se esconde, que são os processos relacionais, dinâmicos e ininterruptos. Biblioteca, portanto, **é e não é**, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, aquilo que ela é. A identidade se faz na união dos contrários.

O ESTUDO DE USUÁRIO

Os estudos de usuário são voltados para o seu comportamento. Os temas pertinentes ao assunto incluem vários aspectos do comportamento: treinamento, fazendo com que o usuário saiba como utilizar os recursos disponíveis na biblioteca, para seu encontro preciso com a informação, uso, enfocando qual o tipo de material mais utilizado, fluxo de informação ou transferência de informação entre técnicos pesquisadores e cientistas, enfocando aí como se dá a comunicação científica e qual a relação entre canais formais e informais.

Os trabalhos sobre o comportamento do usuário são milhares e em todos há expressões recorrentes do tipo: hábitos e interesses, motivação e busca de informação, uso e não-uso. Há uma preocupação nos estudos que visam o comportamento do usuário no sentido de eliminar comportamentos não desejados e reforçar os desejados.

O tema de usuários, por ser o mais popular entre os estudos da área, não deve agora merecer demasiada atenção, pois a aproximação crítica aos estudos de usuário foi realizada por Lima⁵ em dissertação recente. O autor objetivou evidenciar mais de perto o funcionalismo nos estudos de usuário. O funcionalismo trabalha com as instituições. O behaviorismo, grosso modo, trabalha com as pessoas, com comportamentos humanos, apesar de, nas instituições, haver lugar para os "atores" e os "papéis" no funcionalismo, tanto quanto, no behaviorismo, a instituição também é tematizada e se comporta: é o comportamento organizacional.

Ao behaviorismo importa o comportamento exteriorizado, expresso em movimentos, palavras e atos. A psicologia comportamental não trabalha com a alma, o espírito, a psique. Como tudo isso está ligado ao corpo biológico, ela trabalha com a cognição, a aprendizagem, a memória, os hábitos, atitudes, opiniões, atos e suas motivações.

LEITURA, SATISFAÇÃO NO TRABALHO E AUTO-IMAGEM

Três temas diversos, quando tratados pelo mesmo paradigma, podem ser problematizados conjuntamente.

São vários os trabalhos que estudam o ato de ler, para remediá-lo, intensificá-lo e otimizá-lo. Da mesma forma, analisa-se o trabalho do bibliotecário para remediá-lo, intensificá-lo e otimizá-lo. A auto-imagem também se quer remediada e otimizada.

Tomemos alguns trabalhos representativos desses três temas: *Funções da leitura entre pós-graduandos em Biblioteconomia*, Lopes & Ribeiro⁶ (1992); *Satisfação no trabalho* perspectiva de bibliotecários de uma Universidade Estadual, Campos *et alii*⁷ (1992); *Alvos de docentes-pesquisadores relativos à carreira*: influência das variáveis sexo e área de conhecimento, Giacometti⁸ (1990), *Docentes pesquisadores: perspectiva pessoal quanto à profissão*, Giacometti⁹ (1990) e *O bibliotecário e sua auto-imagem*, Oliveira¹⁰ (1983).

O primeiro trabalho, *Funções da leitura entre pós-graduandos em Biblioteconomia*, já de saída, funcionaliza a leitura, tipologizando-a em função informativa, normativa, interacional, poética, emotiva, fática e pessoal. Os teóricos internacionais definem 10 funções para o ato de ler, as quais são as funções básicas da leitura: aprendizagem, lazer, fuga, estímulo, preencher tempo, alvos sociais definidos, moralidade, auto-respeito, flexibilidade e utilidade. Nesse trabalho as autoras identificam como e para quê lêem os pós-graduandos em Biblioteconomia, concluindo: primeiro, para aprender; depois por uma questão de lazer, também por utilidade; em quarto lugar, os mestrands lêem porque têm alvos sociais definidos, seguidos por estímulo etc. Por último, os pós-graduandos em Biblioteconomia lêem por auto-respeito.

Ora, nem é preciso comentar o absurdo que levam as tipologias e categorizações, ao naturalizar os processos sociais. E leitura é um processo social, um ato social. As autoras se ressentem do baixo índice que a ocorrência de leitura para auto-respeito obteve (o mais baixo índice entre as 10 funções) e também do baixo índice

obtido para a leitura de alvos sociais definidos. Suspiram, aliviadas, que a leitura tipo "fuga" tenha tido baixa utilização "um comportamento que pode ser até aceitável em alguns casos, mas não é um padrão ideal para um desenvolvimento harmonioso da personalidade de um bom leitor" (p. 9).

E o moralismo/diretivismo do dever-ser das autoras prossegue: a leitura como lazer não poderia ocupar um espaço maior que a leitura por alvos sociais definidos, pois esses fazem parte do leitor como um cidadão, e aquele preenche as suas necessidades pessoais. Assim, de uma pessoa mais consciente socialmente, é de se esperar que alvos definidos sejam uma leitura mais forte no repertório do que a leitura de lazer. Vale, entretanto, lembrar que, dado o tipo de profissão, pode ser considerado que a leitura para aprendizagem e por utilidade concomitantemente preenche as funções de alvos sociais" (p. 9).

Ora, se preenche, por que então separa a leitura em tantas categorias ou motivos? Ninguém aguenta ler por tantas razões. Há questões tão óbvias, que o próprio senso comum resolve.

O behaviorismo, além de anistoricizar o objeto, naturalizando-o, acaba por infantilizá-lo.

Discutiremos alguns problemas do paradigma em apreço presentes em todos os temas aqui abordados. São eles: 1) a historicidade das categorias tidas como naturais e biológicas; 2) questionário, essa vara curta; 3) senso comum tomado por concreto; 4) o cognitivo e o psicológico têm primazia sobre os processos históricos-sociais; 5) autonomia absoluta (e não relativa) das instituições, dos processos e dos indivíduos; 6) concepção de homem como indivíduo isolado, e não como conjunto de relações sociais.

A discussão destes tópicos diz respeito a todas as abordagens empírico-analíticas que importa rever os limites e as possibilidades.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO

A literatura internacional está repleta de estudos sobre a satisfação no trabalho dos bibliotecários. No Brasil, começam a aparecer um e outro. Oliveira¹⁰ iniciou o tema, embora o seu objetivo fosse a auto-imagem dos bibliotecários. Satisfação no trabalho é um tema independente na tipologia da ciência psicológica e administrativa. Analisam-se aí os aspectos relacionados com a satisfação no trabalho, tais como salário, oportunidades de ascensão, rela-

cionamento entre pessoas e entre chefias, como também a ambiência.

Campos *et alii*⁷ fornecem-nos um exemplo recente. Para estes trabalhos, utilizam-se normalmente escalas de aferição e medição como a mencionada pelas autoras: "Escala multidimensional de satisfação no trabalho", traduzida de *Multidimensional scale of job satisfaction*. Compreende esta escala sete pontos, variando do conceito de "discordo fortemente, a concordo fortemente". Antes de comentar os resultados, é importante ressaltar que tanto a satisfação, quanto o trabalho são percebidos por uma ótica voluntarista e individual (depende da vontade de cada um). A complexidade da categoria trabalho é logo reduzida às tarefas e relacionamentos; salário fica reduzido a pagamento, vencimentos, remuneração. Questões como o sobre-trabalho, a mais-valia, o valor, isto é, a parte do salário que vai formar o capital não aparece nessas abordagens, donde o abstracionismo das análises. A satisfação/insatisfação não é contraposta com a alienação no trabalho. A questão fica ao sabor individual do indivíduo psicológico. Como o trabalho é reduzido a tarefas, cargos e funções, fica-se sem ter como entender a estrutura do trabalho entre os trabalhadores de escritório nas configurações capitalistas periféricas.

Das sociedades mais desenvolvidas vêm as escalas de aferição. Se no Brasil quase não há pesquisas para medir satisfação no trabalho com bibliotecas, são incontáveis os mesmos no primeiro mundo. E a questão é como estancar esse processo artificial e superficial de conhecer a realidade, pois as escalas funcionam como escadas para a hegemonia paradigmática.

É interessante que os resultados desses estudos apontam sempre a coluna do meio: em Campos *et alii*⁷, os bibliotecários estão "moderadamente satisfeitos" com as condições físicas do ambiente; elas não são "nem agradáveis nem desagradáveis", mas "razoavelmente boas".

Se sairmos dessas pesquisas no âmbito da biblioteca e nos depararmos com as sobre os docentes da universidade, outra vez a coluna do meio aparece. Giacometti⁸ fez isso, e o resultado expressa "indefinição quanto à satisfação/insatisfação na perspectiva pessoal relativa ao trabalho" (p. 123). Esse resultado parece próximo da realidade humana e da dialética do ser e não-ser, pois, com o mesmo senso comum, afirmaríamos, anteriormente a qualquer pesquisa, que somos ao mesmo tempo felizes e insatisfeitos com o trabalho. Estas pesquisas constatarem o óbvio, mas a despeito disso não respeitam o óbvio. Há

que modificar o comportamento, idealizando-o, ao comportamento e à realidade. Por descobrir o óbvio, esses trabalhos são válidos. Por explicar pouco o óbvio e tentar redirecioná-lo a qualquer custo, esses trabalhos tornam-se moralistas.

Giacometti faz descobertas interessantes: os docentes de uma universidade brasileira das áreas biológicas, exatas e humanas têm **alvos finais** (querem ser bons educadores), mas não traçam **alvos intermediários** para atingir os finais (ninguém menciona doutoramento como alvo intermediário para ser um bom docente-pesquisador).

Para a teoria da aprendizagem social, **definição de alvos** é parte do que se chama behaviorismo cognitivo. A teoria do alvo fala, por exemplo, em "organismo motivado". Ora, definir alvos é importante, mas os alvos não existem em nós com a precisão de um tiro ao alvo. O behaviorismo recupera o planejamento sistemático do ser e pensar, possível e desejável em alguns casos, moralista e autoritário em outros.

AUTO-IMAGEM DO BIBLIOTECÁRIO

Destacamos esse tema como algo diferente do tema da satisfação no trabalho, porque ele possibilita discutir as limitações do senso comum - discussão que perpassa todas as pesquisas aqui mencionadas. Caso se analisem os "fatores" que compõem a auto-imagem, veremos que são os mesmos fatores que compõem a satisfação. O perigo é cairmos na metafísica dos fatores que faz da realidade um complexo de fatores.

Da mesma forma que Targino analisa o conceito de biblioteca entre as crianças, após analisar o conceito da mesma entre os bibliotecários via revisão da literatura, Oliveira¹⁰ segue esse mesmo percurso epistemológico. A autora quer saber "as reais atitudes dos bibliotecários com relação à Biblioteconomia" (p.xv). Os instrumentos utilizados são outra vez as escalas psicométricas. A auto-imagem é dividida em fatores: remuneração, requisitos intelectuais e mecânicos, condições de trabalho, *status* profissional, estereótipo profissional e consciência social. Quer-se saber o seguinte: os bibliotecários brasileiros ganham bem? Gostam do seu trabalho? Este trabalho é rotineiro ou é intelectualivo?

Tal qual a escala multidimensional de Campos *et alii*⁷, aqui também usou-se um questionário de auto-imagem do bibliotecário (QAIB e o Diferencial Semântico - DS). A escala de atitudes tem sete pontos, em que o número 1 expressa "discordância to-

tal no conteúdo do item e o número 7 a concordância total".

A sociabilidade do instrumento do trabalho foi discutida em Mostafa⁹. Aqui o importante é analisarmos os resultados: os bibliotecários da pesquisa de Oliveira estão satisfeitos em ser bibliotecários e consideram criativa a sua função. Os bibliotecários da literatura consultada por ela já percebem o trabalho dos bibliotecários, **em geral**, rotineiro e monótono (não o deles, mas o dos colegas, o dos bibliotecários em geral). Trata-se de uma mesma classe de profissionais em que não há consenso acerca das atitudes profissionais. Na linguagem behaviorista, isto é **dissonância cognitiva**. A dissonância cognitiva de que fala o behaviorismo é o desacordo dentro do mesmo indivíduo entre o que ele pensa e o que ele faz. A autora, sabiamente, transporta a análise para a classe de profissionais: opiniões e percepções diferentes em relação a uma mesma coisa, a atuação profissional.

Ora, essa dissonância cognitiva não é apenas cognitiva e nem é individual (de uma classe profissional). As imagens, sejam elas da profissão, da religião, do sexo etc., são representações das relações sociais. Essas imagens constituem-se em símbolos, eles mesmos imagens e prenes de significado. Como signo, as imagens nos remetem a referentes concretos. Relações sociais são relações concretas de trabalho que se exprimem através da cultura em suas múltiplas manifestações; como religião, literatura, arte, ciência, música ou formas jurídicas. É dentro desse contexto que devemos entender a auto-imagem. Auto-imagem não é uma roupa que vestimos. Auto-imagem faz parte do nosso cotidiano, e nisso estamos de acordo com a autora. O que falta é a inserção desse cotidiano imaginário no processo histórico concreto. Discutiremos isso em item à parte porque diz respeito a todas as pesquisas aqui mencionadas.

SENSO COMUM VERSUS HISTORICIDADE

Nas duas pesquisas mencionadas de Targino e de Oliveira, nota-se um percurso similar em termos de estruturação ou lógica de análise: é o confronto da literatura com a realidade imediatamente pesquisada. Nesses dois textos, especificamente, a literatura não é fruto de pesquisa de campo. Mas, mesmo que fosse, o que temos ali são opiniões e depoimentos, sentimentos e expressões dos *experts* na área. Numa palavra: o senso comum. O que nós pensamos sempre é de comum acordo com tudo o que está à nossa volta, sejam nós escritores, ou pesquisadores a

serem medidos em escalas de atitude ou de satisfação. O senso comum traduz sentimentos disparatados, fragmentados e contraditórios, porque, para ser comum e perpassar toda a sociedade, o saber precisa ser despojado de sua historicidade. Na sua historicidade e inteireza, o saber é orgânico, no sentido de ser organizador do real. O saber passa a desorganizar o real para organizar a hegemonia da classe dominante. É nesse sentido que muitas teorias, muitos paradigmas, muitas filosofias e ciências são desagregadoras do real. Desagregação que não fica apenas no plano teórico. A desagregação é concreta. Está posta através de intelectuais, sejam cientistas, pastores, professores ou bibliotecários. Intelectuais que estão funcionalizados nas instituições como a imprensa, a escola, a igreja ou a biblioteca. Esses intelectuais são os criadores e difusores de teorias ou idéias que chegam até o nosso cotidiano, moldando a nossa visão, atitude, hábito, motivação, comportamento ou opinião.

Vem então uma crença que não se sabe bem de onde, difusa e penetrante que vai chegando e ficando com a força de um cimento a moldar as crenças populares. A nossa opinião ou atitude sobre a vida está, portanto, bastante impregnada de senso comum, quer reflitamos antes de dar nossas opiniões, como quando escrevemos um texto, quer simplesmente quando reflitamos antes de responder a questionários ou dar entrevistas a gravadores. Não é o instrumento de captação de nossas opiniões, sozinho, que garante a veracidade delas. O senso comum não está aí de passagem; ele é formado através de gerações e por um longo processo histórico, apesar de se apresentar como a-histórico. Não é, portanto, uma questão de concentração mental na emissão de nossas opiniões, o que as tornam verdadeiras. Por mais que concentremos, seja através de leituras sobre o assunto, seja através do cotejo das opiniões das pessoas à nossa volta, nosso parecer ainda é parcial, fragmentado e contraditório. O acúmulo de leituras dentro do mesmo referencial não leva, portanto, à verdade. Não é a soma de referências acadêmicas que garantem a compreensão final da realidade. A totalidade, já o demonstrou Kosik¹³, não é a soma de todos os fatos, mas relação de um só fato com a sua historicidade. Kuhn¹⁴ já demonstrou também a camisa-de-força do paradigma científico. A coleta de referências acadêmicas tem a mesma motivação empiricista da coleta de dados do projeto científico. O círculo vicioso não se rompe, pois a sua multiplicidade em centenas de trabalhos sempre dará uma visão fragmentada do problema. Um elogio a Popper cabe aqui: a indução leva a regressão, ao infinito.

A ciência não se faz, como querem os neopositivistas, de pedacinho em pedacinho, pedra sobre pedra, no acúmulo de experiências particulares, mas no caminho de volta do geral para o particular - ambos os caminhos históricos. Até as categorias mais gerais são determinações históricas muito precisas.

Voltemos à auto-imagem. Uma parte dos bibliotecários está feliz. Outra parte está infeliz. Na categoria salário estão todos insatisfeitos. Uns acham o trabalho rotineiro; outros tem-no criativo. Como analisar esta contradição? Será uma questão individual, de motivação interna apenas? Os felizardos o são para sempre? E os tristonhos são sempre tristes?

Ora, o homem não é uma categoria (ou ser, ou conceito, ou organismo) isolada, capaz de agir (ou sentir) solta, livremente nesse pano de fundo chamado sociedade. Sem deixar de reconhecer a liberdade, o indivíduo encontra sua liberdade no fato de reconhecer suas limitações. Limitações que não devem ser entendidas como anomalias psicológicas ou dissonâncias cognitivas, mas como trilhos marcados pelas relações sociais. É nesse sentido que o homem isolado não pode mudar imagens, porque o homem isolado (como classe profissional) não pode mudar as relações sociais.

Só à medida em que uma classe social (não classe profissional) adquire consciência é que se poderá falar de mudança. À medida em que se substitui uma ideologia hegemônica por outra é que se poderá falar em mudança. A expressão "classe de bibliotecários" denota classificação, o que é a negação das classes sociais. Os trabalhadores de informação têm um pertencimento de classe sim, que cumpre investigar, mas isso não pode ser feito com referencial apenas empírico-analítico, sejam os levantamentos de opinião, sejam as pesquisas experimentais.

A despeito do rigor estatístico do tratamento das opiniões ou da acuidade dos instrumentos, opiniões são impressões e, como tal, difusas e contraditórias. São os preconceitos. (O preconceito com a técnica bibliotecária vem de longe e perpassa as gerações; é preconceito arraigado, grudado. Removê-lo, só com muito esforço teórico). "Para afastar o preconceito, nada melhor do que estabelecer o conceito. E estabelecer o conceito significa recuperar, através da teoria, a objetividade do fenômeno tal como ele se constitui historicamente" (Saviani, *apud* Machado¹², p. 7).

Mas, se o senso comum é assistemático e desorganizado, não significa que ele não tem valor. Afinal, todos nós temos nossas

impressões. É quase tudo o que temos. Nenhum de nós está, portanto, falando bobagens. Falamos o que sentimos, ainda que não saibamos ao certo como sentimos. **É essa contradição nas nossas opiniões que escapa ao senso comum dos pesquisadores.** Não que eles não as percebam. Percebem-nas como disfunções, dissonâncias ou alvos mal definidos de nós outros. A culpa é sempre dos indivíduos ou das instituições, esses incansáveis sujeitos de pesquisa.

Agimos e pensamos de uma maneira sempre muito parecida com a de nossos pais. Antonio Gramsci, o grande teórico do marxismo chamou isso de senso comum. A filosofia representaria para Gramsci a superação do senso comum. O senso comum é aquele jeito de sentir e pensar o mundo que perpassa as gerações, quase sem modificações porque sem análise, sem crítica. Porque acrítico, é também assistemático. Moldado como colcha de retalhos, mistura de formas e cores. Molde natural, ao mesmo tempo longo e imediato. Idéias e costumes que vão chegando e ficando. E, como tal, vão caminhando por gerações. Sempre temos alguma atitude ou conceito sobre raça, sexo, classe social, profissão e religião. Nunca sabemos ao certo como se formaram esses conceitos. Sabemos só (sentimos) que é assim. É conceito ou preconceito? O fato é que absolutizamos os valores constitutivos da identidade de certos grupos.

O senso comum das pesquisas define escalas e questionários/entrevistas ou grupos de controle e experimentais para medir o comportamento, seja o comportamento verbal como as opiniões, seja o comportamento em atos. Uma vez medido, ele é contrastado com outras opiniões (venham de reflexões, venham de onde vier). O cotejo dessas opiniões dá mais algumas conclusões, mas tudo isso é realizado de forma mecânica, sem o quesito da historicidade - donde o impasse da incompreensão e o conseqüente moralismo nas recomendações para que se façam mais pesquisas naqueles pontos que ficaram obscuros. Ou, então, quando o comportamento não se encaixa no modelo anteriormente teorizado, é o comportamento que precisa de redirecionamento, mas a teoria não, donde o autoritarismo da autoconsciência teórica das ciências. Os empírico-analíticos envelhecem a história incessantemente para assim atualizar a ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MOSTAFA, S.P. *Epistemologia da Biblioteconomia*. São Paulo: PUC-SP, 1985. (Tese de Doutorado).
2. TARGINO, M.G. *Conceito de biblioteca*. Brasília: ABDF, 1984.
3. BELKIN, N.J. Information concepts for Information Science. *Journal of Documentation*, v.34, n.1, p.55-85, 1978.
4. SCHAEFFER, S. *A lógica dialética: um estudo da obra de Caio Prado Junior*, Porto Alegre: Movimento, 1985.
5. LIMA, A.B.A. *Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de biblioteca*. Campinas: PUCAMP, 1991. 125p. (Dissertação de Mestrado).
6. LOPES, T.M.J., RIBEIRO, M.S.P. *Função da leitura entre pós-graduandos em Biblioteconomia*. (trabalho realizado como parte dos requisitos da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP). 1992. 14p.
7. CAMPOS, C.M.C. *et alii. Satisfação no trabalho: perspectiva dos bibliotecários de uma universidade estadual*. (trabalho realizado como parte dos requisitos da disciplina Metodologia Científica no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP). 1992.
8. GIACOMETTI, M.M. Alvos docentes-pesquisadores relativos à carreira: influência das variáveis sexo e área do conhecimento. *Estudos de Psicologia*, Campinas, PUCAMP, n.1, jan./jul. 1990.
9. _____. Docentes-pesquisadores: perspectiva pessoal quanto à profissão. *Estudos de Psicologia*, Campinas, PUCAMP, n.2, ago./dez. 1990.
10. OLIVEIRA, Z.C. Prates de. *O bibliotecário e sua auto-imagem*. São Paulo: Pioneira/INL, 1983. 98p.
11. _____. *Sociedade de informações: sociedade do trabalho*. 1992. (cópia xerox).
12. MACHADO, L.R.S. *Politécnica, escola unitária a trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989. (prefácio).
13. KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
14. KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Artigo aceito para publicação em 22 de outubro de 1992.

Solange Puntel Mostafa

Professora do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ademir Benedito Alves de Lima

Bibliotecário da Embrapa/Londrina, Paraná.

Eduardo Ismael Murguina Maranon

Doutorando da Universidade de Campinas (Unicamp), Faculdade de Educação.

Theoretical approaches of Librarianship and Information Science

Abstract

Theoretical approaches of Librarianship and Information Science are discussed pointing out the limitations of functionalism and behaviorism, with emphasis on specific themes as conceptualization, job satisfaction, reading process, goal setting and self-image.

Key words

Librarianship; Information Science; Theoretical framework; Functionalism; Behaviorism.